

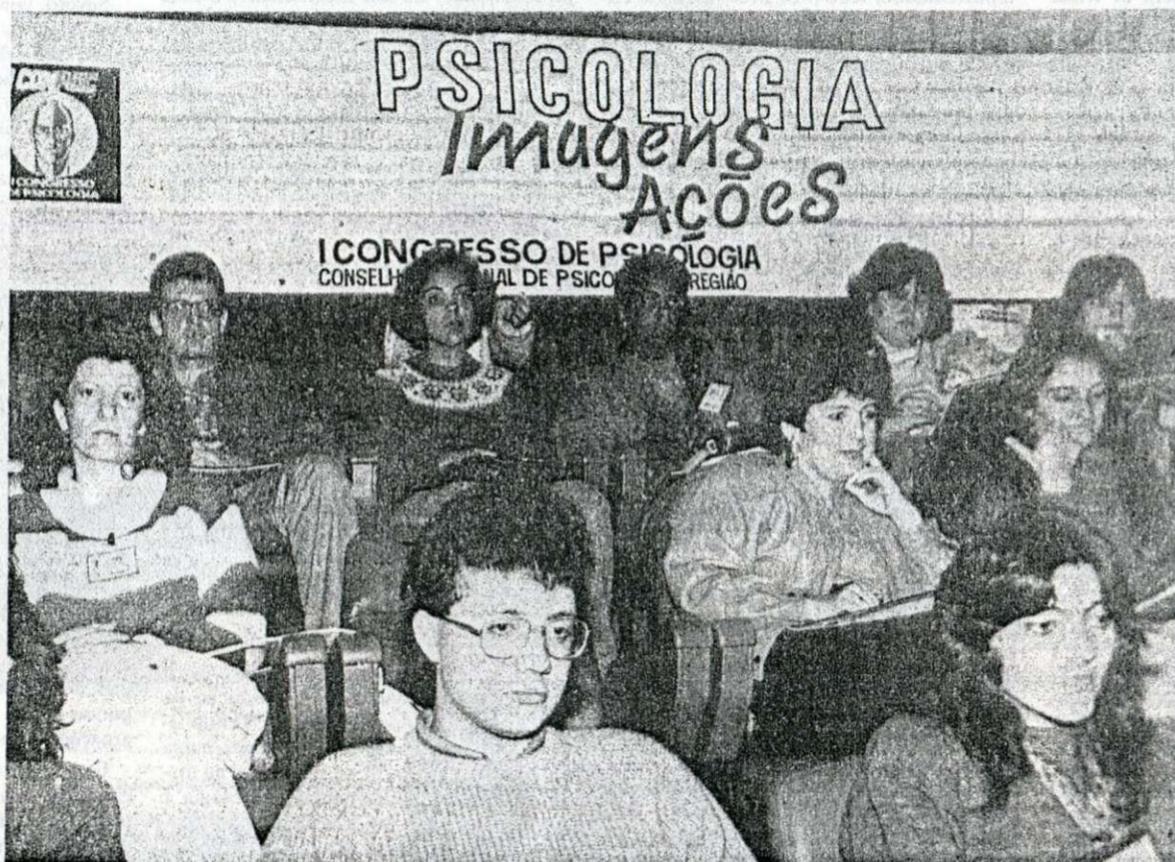
JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região
Nº 58 • Ano 9 • Janeiro-Fevereiro 1989.

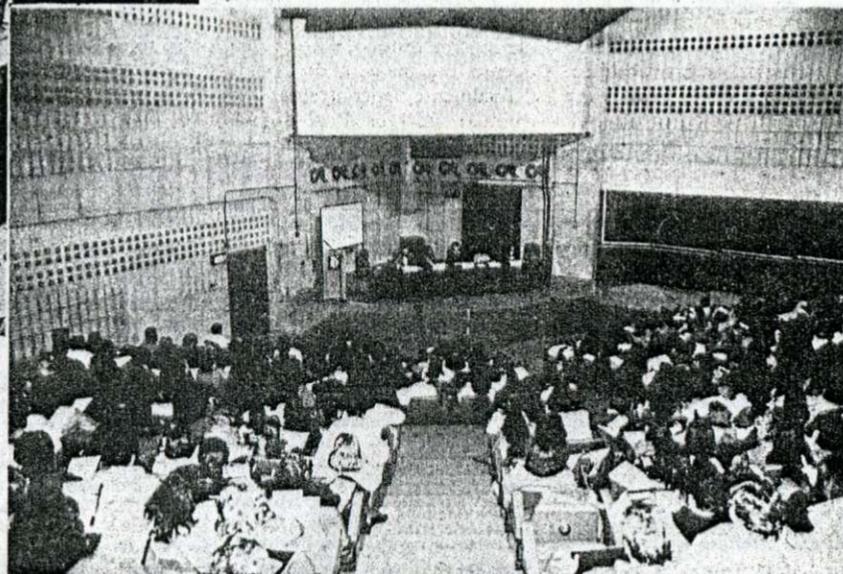
QUANDO PAGAR A ANUIDADE DE 1989?

No caso de pagá-la em 3 parcelas, a primeira vencerá em 16 de janeiro. Se você não recebeu, no seu endereço, as guias de recolhimento da anuidade até o dia 30 de dezembro, procure imediatamente o CRP-06 porque o fato de não ter recebido as guias não o permite declarar desconhecimento dos prazos de vencimentos e nem deixar de cumpri-los regularmente. (Ver página 5).

FOI UM SUCESSO!



Foram 600 psicólogos que participaram do I CONPSIC, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo. Houve intensas discussões, questionamentos e avanços sobre a Psicologia como profissão e ciência, nas 4 Mesas-redondas, nos 9 Debates e nos 43 trabalhos de temas livres apresentados. Uma parte expressiva destas atividades consta nesta edição especial sobre o I CONPSIC.



O Congresso aconteceu!

E aconteceu, superando nossas expectativas. O número de participantes somou 600. O que é, de fato, surpreendente, ao se considerar a natureza do tema, com assuntos muito mais voltados para as questões que atravessam o exercício da Psicologia, nas suas mais variadas formas, do que para a sua prática específica. Além disso, as discussões foram acaloradas e intensas, durante todo o tempo. Tratar a Psicologia enquanto profissão desce, no ponto de partida, o psicólogo em relação às técnicas e às teorias com que está mais habituado, para situá-lo enquanto categoria profissional. É a ocasião de tratar de problemas com os quais certamente se confronta, mas que não têm a ver só com as particularidades de sua atuação e sim com as condições estruturais e históricas da Psicologia. O que é Psicologia e como se constrói enquanto conhecimento e prática foram, durante o I CONPSIC, o tema básico, presente, direta ou indiretamente, em todas as mesas-redondas e debates.

Na noite de abertura, apresentou-se a análise do Vídeo "Psicologia, Imagens, Ações", produzido pelo CRP-06, em agosto de 1987. Tomando como objeto de estudo as falas de populares e de profissionais a respeito do que é Psicologia e do que é o trabalho do psicólogo, Marlene Guirado afirmou que, curiosamente, há uma relação de clientela bem construída. Ou seja, apesar de haver desencontros configurados numa dimensão aparente ou evidente dos discursos, num nível básico e estrutural, o que se configura são encontros e "acordos", quando se consideram as expectativas de psicólogos e da clientela com relação ao serviço e ao atendimento que se podem oferecer. O profissional "percebe" o seu fazer e o fazer de seu cliente com características muito próximas daquelas que lhe atribuem aqueles que recebem seus serviços. Além disso, tanto os primeiros quanto os segundos afirmam a Psicologia como algo do âmbito da saúde, da subjetividade, do comportamento e das relações de poder. De maneira complementar, na maioria das vezes, relacionam-se atendentes e atendidos fortalecendo imagens e ações de Psicologia. Imagens e ações não únicas, mas diversas, permitindo que se fale, de fato, em várias Psicologias (em Psicologia no plural e não no singular). Concluiu Marlene que, se ainda se verificam dificuldades de reconhecimento de nosso trabalho como um serviço à população, muito se deve às políticas e estratégias sociais, econômicas e previdenciárias do que, propriamente, à relação de clientela que se estabelece, ou melhor, à decantada crise de identidade profissional que continuamos a nos atribuir. Se a Psicologia não se difunde como se esperava, provavelmente isto se deva ao contexto, à relação desta instituição (Psicologia) com outras institui-

ções profissionais, ao mercado de trabalho e às políticas de saúde, educação, previdência e promoção social.

Munidos destas primeiras informações, orientamo-nos no dia seguinte para a discussão sobre a especificidade de ação do psicólogo. Aparentemente, uma contradição. Falamos de várias Psicologias, como o que aparece no imaginário social, e propomos agora o tratamento dos limites entre nossa atuação e a dos demais profissionais da área de saúde, educação e promoção social. Falamos que somos múltiplos, em ações e imagens; como tratar do único? O uso discriminado de dois termos, (unidade e especificidade) feito pelo Prof. Guilhon Albuquerque e retomado pelo Prof. Osmyr Gabbi Júnior, pareceu devolver alguma coerência e aliviar a angústia de todos frente ao risco (sentido) de dispersão da identidade profissional. Ambos referiram-se (um tratando da profissão e o outro, do conhecimento científico) à impossibilidade de se afirmar um objeto único e indivisível da Psicologia. No entanto, em momentos diferentes, ambos falaram da inevitável configuração — numa dimensão política interior a qualquer atuação profissional — de especificidades de ação. Assim, cada prática (apoiada como está em — e geradora que é de — métodos e teorias) define objetos específicos. E isto só se faz por opção, consciente ou inconsciente, daqueles que a praticam. Assim o fazer/pensar da Psicologia se aproxima, como num recorte, daquela da Psicanálise. Faz-se uma Psicologia com contornos que supõem uma certa concepção do que é a legitimidade de sua ação, uma certa concepção do que é esperado como ação e reação daquele que solicita este trabalho, uma certa concepção do que é Psicologia, portanto.

Se no terreno das práticas profissionais e de produção de conhecimento assim se coloca a questão da especificidade da atuação psicológica, o que dizer do psicodiagnóstico definido, por lei, como privativo da Psicologia? Se são várias as Psicologias, se uma especificidade se alcança por uma opção numa relação de forças e de poder entre os âmbitos das diferentes profissões que tratam de saúde, do comportamento e da subjetividade, como pensar a "legitimidade psicológica" dos testes e das avaliações psicodiagnósticas? Com estas perguntas em mente, conduziu-se a discussão da terceira mesa-redonda do Congresso. Esteve ela, no entanto, voltada não para a legalidade do uso dos testes e sim para a legitimidade do conhecimento que se produz a partir das provas psicológicas, ou seja, para a certeza da adequação da verdade do teste à verdade do sujeito testado. Parece que, nesse momento, o clima geral do Congresso foi o de "finalmente, encontramos uma linguagem comum, falamos de algo conhecido, pisa-

mos no chão com certeza". Certamente também, este clima não se deu ao acaso. Com o que as mesas-redondas anteriores suscitaram de dúvidas a discussão de algo (que parece de fato se situar no "âmago técnico" das atuações) só poderia aplacar angústias: "falamos de algo conhecido"... mas que conhecimento é esse? É aí que esta mesa-redonda permitiu avançar a reflexão epistemológica sobre Psicologia. Pois, pode-se depreender das falas dos expositores (Vera Stella Telles, João Augusto Frayse Pereira e Antonio Camilo), que aquilo que o teste revela sobre o sujeito (como a verdade a respeito dele, de seu momento, de sua personalidade, de seu inconsciente) é uma verdade construída na relação psicólogo-teste-cliente e que não pode ser afirmada como um saber que, de fora, se extrai deste que se apresenta ao teste. Em outras palavras e respondendo à questão-tema "Psicodiagnóstico: instrumento de revelação?", os psicodiagnósticos revelam, enquanto confirmam o lugar a partir de onde se olha, o sujeito-objeto do conhecimento psicológico. Este lugar é definido pelos referenciais teóricos, pelo momento histórico, pelo imaginário social que qualificam o olhar do examinador e o sentido do examinado. Constrói, portanto, uma verdade sempre relativa e uma certeza inevitavelmente comprometida. Dai nos pormos a pensar sobre a necessidade de se considerar o desejo de saber o absoluto que não descende de uma ordem impulsiva constituída fora dessa ordem histórica. Pomo-nos a pensar na necessidade de impor limites à onipotência do conhecimento que produzimos. Pensar isto não conduz ao "delírio de dúvida", mas à certeza possível neste nosso e em outros saberes sobre o indivíduo.

A "Ética das técnicas" não seria, então, o tema a romper com a discussão até agora levada sobre as condições de produção da Psicologia. Muito pelo contrário. Tendo sido esta mesa-redonda precedida por outra que reuniu centenas de congressistas na discussão do tarô, quiromancia, astrologia e parapsicologia em sua relação com a Psicologia, foi ela também injetada pela expectativa de ver assentados, com o máximo de clareza possível, os limites de nossa profissão.

Em meio a curiosidade, conceitos e preconceitos, aconteceu no decorrer de 3 horas de debates uma ocasião para que se refletisse com os profissionais da platéia e expositores (Lidia Vainer, astróloga e psicóloga; Gaspareto, médium e psicólogo; Severo, psicólogo e estatístico; Tânia Tsu, psicóloga psicoterapeuta) se se poderiam considerar tais práticas como psicoterapia. Muito embora Lidia e Gaspareto, em alguns momentos, afirmassem as diferenças, foi clara em suas falas a região de confusão conceitual no que se refere à Psicologia, mediunidade e astrologia. Lidia construiu analogias das

dinâmicas psíquicas e de personalidade com os tipos astrológicos (se assim se podem nomear), nem sempre esclarecendo o caráter analógico de suas afirmações. Gaspareto pareceu ora afirmar irreconciliáveis as técnicas psicológicas e as de mediunidade e ora apresentou como forma única de tratamento aquele que passa por captações espiritualistas e parapsicológicas. Tânia, por sua vez, procurou afirmar como técnicas psicológicas todas aquelas que mobilizem os indivíduos e que estas precisam ser cuidadosamente utilizadas para que não se exceda aos limites do respeito à condição humana da pessoa que procura ajuda.

Severo, com todas as letras em alto e bom tom, afirmou que quiromancia, parapsicologia, tarô e astrologia não são práticas psicológicas, apoiando-se nos diferentes nascedouros das práticas de magia (as primeiras) e das científicas (as psicológicas). O Conselho, por sua vez, numa posição que se aproximou da de Severo e de algumas falas da platéia (a exemplo do Prof. João Augusto Frayse Pereira, que se perguntou sobre a necessidade de se aproximarem as regiões do saber que vêm do mágico e aquelas que se produziram no interior de algum tipo de ciência), afirmou, ao final, como tem tratado a questão: não considera práticas psicoterápicas aquelas trazidas ali para a discussão e, em função disto, tem adotado a posição de orientação e fiscalização dessas formas de atuação, sem deixar de abrir a discussão mais amplamente sobre a questão, como era o que então acontecia.

Inevitavelmente, tudo isto esbarrou em formulação sobre a ética da profissão. Não só das magias como também do emprego de técnicas reconhecidamente psicológicas como psicodrama, bioenergética e mesmo psicoterapias psicanalíticas, muitas vezes, chegam ao Conselho denúncias formais e perguntas sobre quais são os limites éticos da atuação psicológica.

Formulando uma belíssima e rica distinção entre uma ética restritiva e uma ética produtiva, Fabio Herrmann nos lançou no universo da ética como algo que se produz no momento mesmo em que se produz a profissão. A ética é, portanto, inerente à história, aos processos, aos métodos, às técnicas e às teorias que fazem com que se denomine Psicologia ou terapia uma determinada prática (ética produtiva). Normalmente entendida como regras e normas, segundo Fabio, a ética tem sido tratada, entretanto, como aquele parâmetro que diz o que não se pode fazer (ética restritiva). Buscando conduzir os ouvintes dessa segunda para a primeira compreensão do que seja a ética, tratando de conceitos tão fluidos como o de desejo e reafirmando sempre a inevitabilidade de restrições, ele extrai do interior das produções de efeito da Psicologia um limite: a sedução.

E X P E D I E N T E

Conselho Regional de Psicologia - 6º Região

Conselheiros: Aicil Franco, Antonio Carlos Simoniam dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa Maciel, Sonia Regina Jubellni, Suelli Duarte Pacifico, Yara Sa-yão.

Sede - São Paulo: Rua Borges Lagoa, nº 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799, SP.

Delegacias - ABC (Marlene Bueno Zo-

la): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444-4000, Santo André. **Assis (Elizabeth Gelli Yasile):** Rua Angelo Bertocini, 545, fone (0183) 22-6224. **Bauru (Marly Bighetti Godoy):** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. **Campinas (Hélio José Guillard):** Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. **Campo Grande (Irma Maccario):** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97, fone (067) 382-4801. **Cuiabá (Marisa Raduenz):** Av. tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322-6902. **Lorena (Maria da Glória Soares):** Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. **Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite):** Rua Cerqueira Cé-

sar, 481, 3º andar, fone (016) 636-9021. Santos: Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39-1987. **São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini):** Rua 15 de Novembro, 3.171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

JORNAL DO CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Comissão de Divulgação e Contato: Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Suelli Duarte Pacifico.

Assessor da Comissão: Roberto Yutaka Sagawa.

Jornalista responsável: Suelli A. Zola (MTb 14.824).

Diagramação: Ribamar de Castro. **Revisão:** Maria Aparecida F.M. Bussolotti

Fotos: Neide Sierra

Redação: Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799, São Paulo. **Composição, fotolito e impressão:** Jo-rúes Companhia Editora, fone 815-4999. **Tiragem:** 30.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

Encontros e desencontros da profissão

A "Análise do vídeo Psicologia, Imagens, Ações" foi a mesa-redonda que deu abertura ao I CONPSIC, trazendo a participação da expositora Marlene Guirado, Presidente do CRP-06; do debatedor Lino de Macedo, Professor do IPUSP; e do Coordenador Hélio José Guilhardi, Delegado Regional do CRP-06.

Marlene Guirado abriu a sua exposição salientando: "a análise do vídeo seguiu um necessário recorte; elegi como objeto, o discurso, ou seja, o texto tomado a partir de perguntas feitas a populares na rua (aqui denominados de público); aos profissionais em seus ambientes de atuação; e aos usuários dos serviços psicológicos (designados como clientela). Para facilitar a clareza da exposição, vou separar as representações trazidas, analisando-as em relação a cinco pontos: o que é Psicologia; qual é a relação de clientela; como surge a saúde; qual é a imagem de instituição; os encontros e desencontros nas falas da população.

O primeiro ponto — o que é Psicologia — aparece nos discursos dos vários profissionais, pontuando, de modo geral, a existência de uma diversidade. João Nunes Albuquerque, psicólogo da FEBEM, e Marisa Cambraia, psicóloga do Ambulatório de Saúde Mental, por exemplo, expressam pelo menos duas Psicologias: a que eles têm para oferecer e aquela que lhes é demandada. Na minha própria fala no vídeo, também estabeleço uma espécie de cisão; caracterizo uma Psicologia vista pelo senso comum, pressupondo, assim, existir outra, a do senso incomum, real e verdadeira. Do mesmo modo, os psicólogos clínicos manifestam uma clínica que não atravessa o social, e outra, que perpassa o cotidiano (entendido como recurso de intervenção no mundo contemporâneo).

Ainda nos detendo nos discursos dos profissionais podemos encontrar palavras definidoras da Psicologia, tais como: *uma reconstrução artesanal de pessoas; criação de espaço para que surja o sentido da doença e sofrimento; ocasião de resistência, de contraposição à violência; método que se aplica à realidade social; ensino de relacionamento; treinamento de pessoas; diminuição de conflito; desafio; dúvida; incerteza; tensão na prática.* Aparecem, ainda, de maneira denegada, isto é, como não sendo Psicologia: *modificação de comportamento; normalização.*

Tendo em foco todas essas definições, o que se pode notar é que existem quatro eixos permitindo demarcar a Psicologia: a subjetividade, a saúde, o comportamento e o poder. Além disso, as ações imaginadas como próprias da profissão, apesar de denotarem, sem dúvida, uma diversidade; apresentam, contudo, um aspecto em comum: o trabalho do psicólogo é visto (por eles) como eficaz, ou seja, tem efeito modificador.

O Discurso da População

Na fala do público e dos usuários, a Psicologia aparece como sendo algo da ordem: da palavra (*a gente vai lá bater*



Lino de Macedo, Marlene Guirado, Hélio J. Guilhardi

papo, afirma um popular), da doença mental, da loucura, da depressão, da burocracia, da modificação de comportamento, do poder econômico, da ajuda e do relatório.

Algumas vezes, a Psicologia é simplesmente não-reconhecida, ou porque não se conhece o serviço, ou porque consideram-na desnecessária. Mas, quando reconhecida pelos populares, ela é tida como um antídoto ao comportamento e ao sofrimento, muito embora se mostre (conforme várias falas) um antídoto inadequado, seja por causa do seu preço (inacessível), seja em função da sua forma (*eles não dão remédio*, disse um trabalhador). Além de impróprio, o antídoto se revela ambíguo, como se vê na frase significativa do trabalhador: *Psicólogo? É doença nervosa, né.* A resposta torna difícil distinguir se a profissão é alternativa de tratamento ou se é a própria doença. Por fim, cabe destacar o discurso de Ana de Oliveira, membro de uma Comissão de Usuários dos Serviços de Saúde da Zona Leste, que identifica a Psicologia como oportunidade de ruptura da rotina, da alienação, da massificação e da opressão.

É curioso observar que em meio aos populares despontaram, com maior frequência do que nos profissionais, as relações da Psicologia com doença-saúde, com a palavra e com a burocracia. De qualquer maneira, tomando o geral dos discursos verifica-se que os eixos organizadores das definições são os mesmos: subjetividade, saúde, comportamento e poder.

A Relação de Clientela

O segundo tópico da análise será abordado a partir das imagens que os profissionais têm dos clientes e deles próprios; e a relação entre esses dois lugares no atendimento psicológico.

O lugar atribuído ao psicólogo é percebido, no discurso dos profissionais, predominantemente, como o lado do que preenche, da potência, de quem tem a dar. O lugar da clientela é visto como o do vazio, de quem tem a receber. É uma relação de exclusão (um possui, outro não possui) e de complementariedade. O que se levanta de inviabilidades e dificuldades para o trabalho se explica, em geral, pela resistência situada nas alianças entre clientela e instituição.

Nesse quadro simétrico, introduz-se, porém, algumas (poucas) falas assinalando contradições. Selma Bastos, Psicóloga do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo, por exemplo, coloca o psicólogo no lugar do vazio, cujo papel é dar espaço e ocasião para que a criança fale de sua doença e produza sua subjetividade. Também eu, no final do vídeo, abro uma ambivalência quando me refiro à atividade profissional, incluindo nela a possibilidade de dúvidas, incertezas e desafios.

Em outra linha, surge, ainda, a referência aos dois lugares como sendo plenos de potência. Nesse caso, a fala de Ana de Oliveira é exemplar; a seu ver, a clientela tem a capacidade de atualizar a sensibilidade, a sexualidade, a vida, a autovalorização e de romper com

a massificação. Os profissionais podem favorecer essa passagem, desde que sejam formados com "os pés no chão".

A Saúde e a Instituição

Enfocando, agora, o ponto subsequente, vemos que a saúde apresenta-se no vídeo quase sempre através do seu contraponto — a doença. A única vez que se menciona o termo é na frase de João Nunes, da FEBEM, (*como pensar a saúde mental nessa instituição?*). De resto, o conceito de saúde se mostra bem restrito aos limites do ambulatório e muito referenciado no seu oposto, não se caracterizando como um estado ou condições sadias de vida.

Já a instituição (tomada na fala dos profissionais) é tida como uma abstração, da qual podem se destacar o cliente e o psicólogo. Isso se constata praticamente em todos os discursos. Orlando Marco fala do seu trabalho no Ambulatório de Saúde Mental, caracterizando-o como uma relação terapêutica que acontece exclusivamente entre ele e o paciente. O contexto institucional onde ambos estão inseridos não é citado.

Outra representação importante diz respeito à diferenciação estabelecida entre o fazer do psicólogo e o fazer institucional. O primeiro se coloca como estrangeiro em relação ao segundo. Sérgio Leite, psicólogo educacional, coloca de um lado o profissional de nova postura, que atua a nível de planejamento e lida com a criança e família. De outro, coloca a escola com sua estrutura, onde se encontram os problemas de ensino.

Numa amplitude muito maior

Por fim, no todo dos discursos há desencontros bem nomeados entre profissional e clientela. Alvaro Trujillo, psicólogo clínico, se refere à necessidade de anos de terapia para a reconstrução de uma pessoa; enquanto um trabalhador diz ser melhor tomar logo o remédio. Uma mãe afirma manter o filho em atendimento psicológico porque o comportamento dele melhora; enquanto Marisa Cambraia declara: *psicólogo não é corretor de comportamento.* Assim por diante, surgem outros paradoxos facilmente apreensíveis.

Chama a atenção, no entanto, os encontros configurados num nível estrutural. A possibilidade de reconhecer o profissional no lugar pleno de alguma coisa, da qual a clientela é completamente desprovida, aponta para um notável casamento de expectativas. Merece destaque também o fato de coincidirem (de acordo com a presente análise) os eixos organizadores da definição do que é Psicologia (subjetividade, saúde, comportamento e poder) nos dois polos.

Isto leva a pensar que existe uma relação de clientela fortemente construída (no sentido em que as expectativas da demanda e da oferta se encaixam). E, uma relação assim constituída, mostra-nos um exercício profissional possível. Ademais, se considerarmos que o vídeo foi realizado junto à camada da população que não dispõe de recursos para pagar atendimento particular, é de se supor que, se o serviço fosse acessível, a Psicologia seria exercida numa amplitude muito maior."

As mesas-redondas

Foram programadas como atividade única no período de sua realização, reunindo todos os congressistas do I CONPSIC. As 4 mesas-redondas ("Análise do vídeo Psicologia, Imagens, Ações"; "A especificidade de ação do psicólogo"; "Psicodiagnóstico: instrumento de revelação?"; "Ética das técnicas".) ocupam, respectivamente, esta página e as 3 subsequentes.

A especificidade é possível?

No dia 4 de novembro, pela manhã, houve a mesa-redonda "A especificidade de ação do psicólogo", na qual foram expositores: Osmyr Faria Gabbi Júnior, professor da UNICAMP, José Augusto Guilhon Albuquerque, professor de Ciência Política da USP, e Antonio Lancetti, coordenador do curso de Agentes de Saúde Mental do Instituto Sedes Sapientiae. Reproduzimos a seguir os extratos parciais dos trabalhos apresentados pelos três expositores.

Osmyr F. Gabbi Júnior fez uma análise baseada na seguinte indagação: como construir e desenvolver uma ciência que pretende estabelecer relações explicativas universais e necessárias, considerando-se que esta ciência e suas explicações causais estão inseridas numa sociedade dotada de historicidade? Ele respondeu:

"Minha resposta consiste em mostrar que, se a Psicologia quer ser ciência, ela precisa construir invariantes e, ao fazê-lo, entra em choque com uma história do social entendida como domínio da mudança. Todavia, uma saída possível possa ser encontrada nas próprias considerações de Nick Heather (*Radical Perspective in Psychology*). Em especial, quando ele afirma que é desejável substituir uma Psicologia do movimento (aquela onde a unidade de análise apresenta dimensões físicas e pressupõe uma experiência de natureza perceptual) por uma Psicologia organizada em torno de ações (aquela onde a unidade de estudo tem dimensões semânticas) e, por conseguinte, surge a questão da interpretação.

A Psicologia, que deveria fazer uma pesquisa das regras subjacentes às ações humanas, teima em buscar leis. Não se dá conta do abismo que existe entre regras e leis. Para tornar a diferença mais precisa, acredito que podemos estabelecer entre elas três distinções relevantes: 1) leis enquanto tais têm a pretensão de ser verdadeiras; regras não são verdadeiras nem falsas. 2) leis definem um domínio de aplicação e referem-se a relações constantes entre elementos; regras são obedecidas, ou não, e referem-se ao domínio das interações simbólicas. 3) basta que haja uma ocorrência que contrarie uma lei para que esta deixe de ser considerada como tal; entretanto, a violação de uma regra não afeta sua legitimidade: o seu fundamento está sempre num "dever ser".

A confusão entre regras e leis leva alguns psicólogos a construir objetos a-históricos, como se fosse possível pensar o psicológico com categorias a-históricas. Em seguida, procuram transpor as suas teorias — que mais prescrevem do que descrevem — para condições diferentes daquelas em que foram produzidas.

Para terminar, gostaria de sugerir que a Psicologia aqui proposta (enquanto investigação das regras subja-



J.A. Guilhon Albuquerque, Osmyr Gabbi Jr., Marlene Guirado, Antonio Lancetti.

centes à ação humana em contextos sociais) já se encontra em alguns autores, por exemplo, na obra de Goffman".

José Augusto Guilhon Albuquerque baseou sua exposição sobre a especificidade de ação do psicólogo em termos da profissão e, mais particularmente, no âmbito da Psicologia Institucional:

"Antes de se perguntar se a Psicologia é uma ciência, pode-se perguntar se a Psicologia existe enquanto tal ou se há algo de comum nas ações dos psicólogos em geral. Essa interrogação sobre a especificidade da ação profissional é sempre sintomática. Não são todas as profissões que se perguntam sobre sua especificidade. Quando uma profissão começa a pedir uma prova ou confirmação de sua especificidade é que sua legitimidade está sujeita à caução e mesmo a seus próprios olhos. Essa interrogação é, portanto, um sinal de crise, em dois sentidos: 1) encarar-se com olhar crítico e tentar provocar uma reflexão sobre sua própria prática; 2) a perda dos próprios referenciais e limites.

Na verdade, trata-se de uma crise mais geral que vai inserir a Psicologia num caráter crítico no sentido reflexivo das Ciências Humanas, em geral, e, mais particularmente, das profissões de trabalho social que abrangem desde Psicologia e Serviço Social, passando pela Educação e Ciências Sociais, até derivações da vasta fatia de terapias (Fonoaudiologia, Psicomotricidade, Terapia Ocupacional etc.). Todo esse campo se encontra preso em dilemas que lembram as bonecas russas: sempre existe uma que pode ser tirada de dentro da outra.

Um dos dilemas é que esses profis-

sionais atuam frequentemente sobre casos individuais, mas formulam, em geral, diagnósticos em que suspeitam de etiologias sociais; ou, vice-versa, tentam agir sobre objetos sociais, mas lançam mão de concepções que têm origem numa teoria do indivíduo. Outro dilema: esses profissionais têm como modelo de atuação a prestação pessoal de serviços, mas geralmente são empregados assalariados de empresas privadas ou instituições públicas. São uma série de dilemas que se sobrepõem uns aos outros e, a meu ver, provocam um campo de crise. Com tantos dilemas, não admira que elas sejam profissões críticas por natureza.

O outro lado da crise é o da dissolução da especificidade de ação do psicólogo. É o que ocorre quando o psicólogo passa a ser encarado apenas como um dos ramos de um feixe amplo da equipe multiprofissional de trabalhadores de Saúde e passa a ter uma atuação que é comum ao Serviço Social, Medicina mental etc. Vamos encontrar essa preocupação na obra de Marlene Guirado, *Psicologia Institucional*, que procura fazer uma reflexão autônoma sobre esta questão da dissolução.

Marlene Guirado vai definir o objetivo da Psicologia como sendo o de mobilizar a construção e a apropriação, por parte do sujeito, de um conhecimento sobre si mesmo nas relações que vivencia. O papel do psicólogo não é o de detectar e manipular uma certa substância que está dentro do indivíduo, mas é o de explicitar as transferências institucionais através de um novo discurso. Porque não há outra forma de transformar a sujeição em subjetivação, isto é, transformar em proces-

so de conhecimento o desconhecimento da sujeição às relações institucionais de subordinação. Portanto, a especificidade de ação do psicólogo estaria na formulação de um discurso que, de um lado, desconstruía os desconhecimentos, repetições e deslocamentos de um discurso alienado que sujeita indivíduos e grupos a uma alienação institucional; de outro lado, construiria um novo discurso que daria acesso à condição de sujeito do saber e de sujeito do poder. Isso permitiria estabelecer uma ponte entre a Psicologia Institucional e outras Psicologias, particularmente a Psicologia Clínica, no sentido mais estrito de relação de atendimento dual, na medida em que uma ação é sempre permeada pelo discurso, embora tal enfoque tenda a excluir as Psicologias experimentais, pragmáticas, comportamentais etc."

Antonio Lancetti iniciou sua fala referindo-se às indagações enviadas pela Comissão Organizadora do I CONPSIC: O que caracteriza a prática psicológica? O que nos distingue de outros profissionais? Ele respondeu:

"A primeira coisa que observamos nas nossas realidades institucionais de consultórios particulares, de ambulatórios de Saúde Mental, de Centro de Saúde etc., é que somos convidados a trabalhar no que se define por negatividade. Por exemplo, num Centro de Saúde, quando o problema do paciente não é ginecológico, não é neurológico, então se encaminha para o psicólogo. Haveria, então, uma marca registrada nas nossas práticas: o psicólogo responde por uma questão que não é biológica, não é social etc.

Se nossas práticas existem como um lugar para completar somente aquilo que carece ao sujeito que nos vem consultar, nós vamos colocar em dúvida a Psicologia. É por isso que gostei de uma história que se passou há 13 ou 14 anos atrás. Eram dois amigos meus que estavam conversando sobre uma consulta médica de um deles por causa de dores viscerais. O diálogo foi o seguinte:

— Como foi?

— O médico disse que eu preciso ir num psíquico.

— Que psíquico? Você quer dizer psiquiatra.

— Psiquiatra é para louco. O que eu preciso é de ir num psíquico.

Este diálogo mostra a denominação de psíquico num tom positivo. Não seríamos os psicólogos somente alguém que vai outorgar aquilo que está faltando ao outro, mas que estaríamos num processo de produção dessa mesma carência. O caráter de psíquico seria factível de ser entendido como o de alguém que participa ativamente na produção da subjetividade.

Como dizia Basaglia, na demanda do usuário que nos consulta, devemos ler a própria oferta que realizamos. Acredito que, se não tomarmos as demandas e os encargos sociais como naturais, então entramos num processo de análise permanente. Na saúde, no trabalho ou na escola, estes campos não podem ser definidos por um campo epistemológico único. Na verdade, estes campos são nós de inter-relações onde há determinações diversas e múltiplas: históricas, econômicas, desajustes etc."

Anais do I Conpsic

Como as transcrições parciais das 4 mesas-redondas e dos 9 debates (sem contar as 43 comunicações de temas livres) não puderam constar, obviamente, por questão de falta de espaço, nesta edição do Jornal do CRP-06, todo este material coletado já está sendo transcrito, a fim de constar dos Anais do I CONPSIC, que serão publicados no primeiro semestre de 1989.

Revelação ou produção de sentidos?

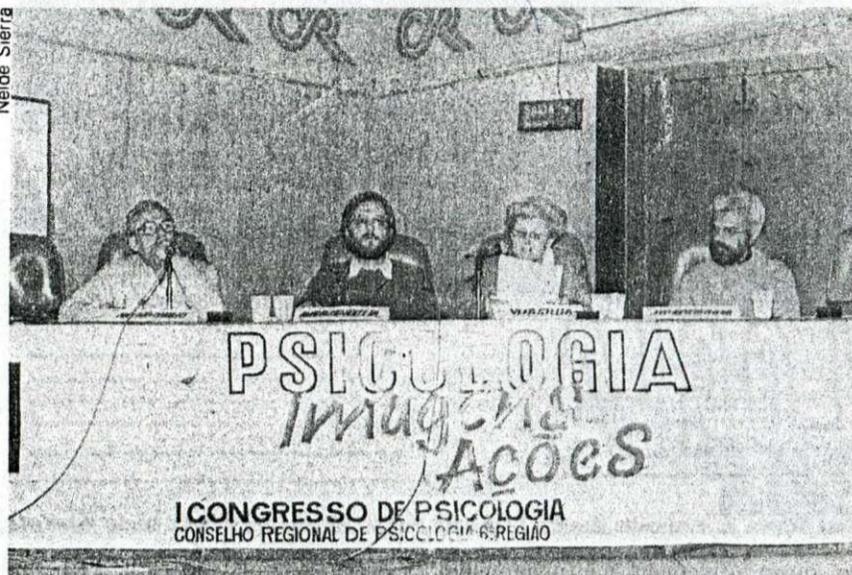
No dia 5 de novembro, pela manhã, ocorreu a mesa-redonda, "Psicodiagnóstico: instrumento de revelação?", na qual foram expositores: Antonio Armino Camilo, psicólogo de uma empresa estatal em Campinas, Vera Stella Telles, professora do Instituto de Psicologia da USP, e João Augusto Frayse Pereira, professor do Instituto de Psicologia da USP. A coordenação foi feita por Adalberto Boletta de Oliveira, Conselheiro do CRP-06. Reproduzimos as exposições, parcialmente, a seguir.

O primeiro, Antonio A. Camilo, abordou o psicodiagnóstico como um processo sistemático de observação, registro, descrição e classificação de dados relativos a comportamentos humanos que abrangem não somente as ações públicas, como também atos interiores como pensamentos, imagens, emoções etc.

"Quando as descrições diagnósticas ultrapassam seu conteúdo meramente classificatório, passam a incluir relações causais. Vejamos um exemplo. Se alguém apresenta episódios intermitentes de insônia, aumento no consumo de cigarros, tendências à irritação etc., podemos reunir tais comportamentos na categoria de padrão de ansiedade. Nessa descrição meramente classificatória, corre-se o risco de atribuir à designação genérica de ansiedade a causa dos comportamentos observados: o indivíduo fuma mais, tem insônia etc. porque tem ansiedade. Mas, se acrescentarmos os episódios de exacerbação na frequência e duração desses comportamentos, verifica-se sempre que aumenta o índice de desemprego, então a descrição psicodiagnóstica adquire um sentido funcional.

Por outro lado, o psicodiagnóstico é necessariamente um processo de interação entre, pelo menos, um psicólogo e um paciente, cujos comportamentos se influenciam. Tal circunstância permite ver o psicodiagnóstico como instrumento para mostrar, também, atributos importantes do comportamento do diagnosticador. Entre outros, pode-se identificar o tipo de orientação ideológica-científica adotada pelo diagnosticador.

Esta orientação pode ser o materialismo que explica os fenômenos reais com base em causas materiais, observáveis e verificáveis. Já o idealismo explica os fenômenos com base em causas imaginárias, hipotéticas, pois as causas dos fenômenos existem somente nas idéias dos que as inventaram ou as adotaram. Podemos subclassificar o idealismo em idealismo subjetivo no qual se enquadra o modelo médico de explicação causal do comportamento humano. Esse modelo surge reiterada e predominantemente na prática do psicodiagnóstico, determinando sua metodologia, técnica e instrumentos de análise. Ele não se limita ao psicodiagnóstico e alcança a Psicologia em seus diferentes campos de aplicação e de pesquisa na clínica, na escola e na indústria."



Antonio Camillo, Adalberto Boletta, Vera Stella, João Augusto F. Pereira.

A segunda expositora, Vera Stella Telles, discutiu quais são os principais obstáculos que costumam existir no trabalho com os psicodiagnósticos, a partir de sua experiência profissional:

"Em Psicologia, a avaliação diagnóstica do sujeito baseia-se, geralmente, em entrevistas e em realização de testes. Os testes são historicamente os herdeiros diretos de uma postura positivista em ciência e surgiram como uma expressão da crença da Psicologia na quantificação como método objetivo de conhecimento. Precisamente, por nascerem dessa transposição dos métodos da ciência física para o objeto psicológico, sem uma crítica prévia e menos ainda derivarem da real experiência com a especificidade de seu objeto, os testes foram (e infelizmente ainda são), muitas vezes, justamente os caminhos que nos desviam da observação que é a base fundamental de qualquer tentativa de conhecimento.

Essa abordagem de quantificação foi justamente criticada e cremos que um passo importante para a volta à observação do objeto psicológico foi dado com a introdução do método psicanalítico de investigação. A própria definição de campo de observação dessa postura obrigava a possibilidade de tolerar a expressão do objeto psicológico como um todo. As condições de observação implicadas na relação terapêutica impediam uma forma prévia de demarcação de limite à revelação do objeto.

Só que, no momento, um a priori parece surgir exatamente centralizado

nas teorias psicanalíticas. Ou seja, propõe-se um contato onde a observação é guiada por pressupostos psicanalíticos e não se propõe mais um contato para observar-se realmente. Assim, esquece-se do que é a essência do campo psicanalítico: observador e observado estão mutuamente implicados.

No meu trabalho com os alunos do IPUSP, utilizamos o TAT e verificamos ser possível, e mesmo necessário, para avaliá-lo dispensar qualquer tomada de posição frente a escolas psicológicas ou teorias de personalidade, incluindo as psicanalíticas. Parece um absurdo, mas costumamos lembrar os alunos que o TAT deve ser usado com proveito por um behaviorista, por exemplo, apesar de todas as insinuações psicanalíticas de sua origem. Aliás, é bom recordar que parece haver uma necessidade crescente — isso mesmo dentro da Psicanálise — de alertar o observador de que a observação ainda é a base sem a qual toda conclusão é vazia."

O terceiro expositor, João Augusto Frayse Pereira, baseou sua intervenção nos processos de revelação da fotografia, conforme aparecem em dois filmes: "Blow-up", de Michelangelo Antonioni (no qual o fotógrafo-protagonista descobre, por acaso, entre as fotos de um casal romântico a imagem de um cadáver inserido misteriosamente no cenário idílico e revelado pelas sucessivas ampliações fotográficas), e "A bela adormecida. Entrada em uma só sombra", de Marcelo Tassara (no qual

a foto familiar de um casal de favelados é sucessivamente ampliada até perder todos os seus contornos figurativos). João Augusto prosseguiu nos seguintes termos:

"Nestes dois filmes, fica muito claramente colocada a questão da observação natural versus observação especializada. Esta é mediada por técnicas e aí podemos comparar o trabalho do fotógrafo com o do psicólogo no âmbito do psicodiagnóstico.

Recebi do público a seguinte questão: qual é o ponto ótimo de visão? Como determinar esse ponto ótimo? Essa questão pode ser pensada em dois níveis. O primeiro é que esse ponto privilegiado de visão é aquele segundo o qual o objeto visível faz sentido para o sujeito que o vê. O segundo nível é que esse sentido não significa que ele seja a verdade do objeto.

Um exemplo de Mearleu-Ponty ajuda a esclarecer muito quando ele justamente tematiza esta questão da verdade e da realidade. Ele dá um exemplo: ao estar caminhando pela praia, a uma certa distância, vê um caramujo. Como coleciona caramujos, ele vai apará-lo para acrescentar à sua coleção. Só que, quando chega perto, não é mais um caramujo e sim uma pedra esverdeada pelo mar. Como é que ficam essas duas percepções? Só que, ao pegar essa pedra na mão, observa que é um seixo polido, ou seja, um objeto de cultura que restou como um vestígio de alguma civilização.

Mearleu-Ponty indaga: onde está a verdade destas percepções? Ele responde que está em todas as partes. O caramujo é uma percepção real tanto quanto a da pedra lisa. Só que a percepção do caramujo se revela ilusória com uma nova percepção que a substitui e que não deixa rastro nenhum. A terceira que surgiu é, de novo, absolutamente real, e não é mais verdadeira do que as anteriores. Então, a questão onde está a verdade do sujeito acaba dando lugar para uma afirmação do tipo: não existe a verdade, o que existe são os sentidos, ou melhor, a verdade como produção de sentidos. Ou, se quisermos, a verdade como um processo de substituição de uma evidência por uma outra tão evidente quanto a anterior.

Isso acaba me levando de volta à questão da apreensão ingênua do mundo que eu tinha colocado inicialmente: apreensão natural versus a especializada. Ora, a gente percebe que existe mediação em ambos os casos. Assim, como fica o psicólogo diante do psicodiagnóstico?

Existe um terceiro tipo de apreensão que não mencionei aqui ainda. É a apreensão crítica. Essa leva em conta o processo de constituição concreta do real que o observador está procurando apreender. É somente na medida em que leva em conta a gênese absolutamente concreta deste dado existente (um dado da minha percepção, um dado existencial, um dado inteiramente mediado pela minha relação com o próprio mundo) é que ganho a distância necessária para poder fazer uma apreciação crítica do objeto. Daí resta uma outra questão para ser pensada: como o psicodiagnóstico pode resistir ao exame crítico no ato mesmo em que ele se desenvolve?"

Anuidade de 1989

Atenção, psicólogo! Se você não recebeu no seu endereço, as guias de recolhimento da anuidade de 1989, até o dia 30 de dezembro, procure imediatamente o CRP-06, porque o fato de não ter recebido as guias não o permite declarar desconhecimento dos prazos de vencimento e nem deixar de cumpri-los regularmente.

No caso de parcelamento em 3 vezes, sem desconto, o primeiro vencerá em 16 de janeiro. À vista, com 10% de desconto, poderá ser pago até 31 de março. Caso deixe vencer o prazo de pagamento, passará a pagar multa, correção monetária e juros.

Restrição e criação

No último dia do I CONPSIC, 6 de novembro, pela manhã, foi realizada a mesa-redonda, "Ética das técnicas", com a participação dos expositores: Ana Maria Andrade Lenzone, psicodramatista, Maria Melo Azevedo, terapeuta corporal, e Fabio A. Herrmann, psicanalista. A coordenação foi de Bronia Liebesny, Conselheira do CRP-06.

Ana Maria A. Lenzone começou apresentando a teoria e técnica psicodramáticas e, em seguida, passou a relacioná-las ao tema da mesa-redonda. Desta segunda parte, apresentamos alguns fragmentos de sua fala:

"Se pudéssemos fazer um resumo dos valores morenianos, correndo o risco de cairmos num simplismo lógico, teríamos a busca do homem sem prisões, espontâneo, criador, em busca do perfeito, integrado no cosmos, concebendo-o em cada ato e, ao mesmo tempo, sendo concebido pelo momento e pelo encontro com o outro. O locus experiencial é a vida, assim como, no setting psicodramático, o terapeuta é aquele que, através das técnicas e do conhecimento teórico, procura nele mesmo e no outro o novo momento, o novo ato, o novo ser, tentando chegar ao exercício da espontaneidade e da liberdade. Através da ação do exercício da categoria do movimento na cena psicodramática, chega-se ao exercício da categoria da consciência. Esta é entendida como instância capaz de fazer do homem agente da sua própria história. A busca da relação terapêutica é o encontro; sendo assim, o terapeuta psicodramático encontra-se totalmente comprometido com a relação, com seus valores ideológicos, políticos, morais e com seus sentimentos e afetos.

A ética psicodramática vai repassar, nesse momento, pela minha ética pessoal inserida num contexto específico de uma época, de um país e de uma pessoa específica. Com sua técnica de ação, para pequenos ou grandes grupos, com arcabouço teórico bastante extenso, o Psicodrama ficou confinado, durante anos, em sua maioria, a consultórios particulares, como o meu, cumprindo um designio histórico: o individualismo e o descompromisso histórico social. Com toda sua metodologia psicodramática e sociodramática, o Psicodrama parece-me ter, nesse momento social, uma grande responsabilidade: sair do seu esconderijo, das suas catacumbas e ir em busca da luz, do *socius*, podendo cumprir o objetivo para o qual foi criado: a transformação, a conscientização, a educação e a terapêutica."

Maria Melo Azevedo fez uma exposição geral sobre as diferentes linhas psicoterápicas, sem se deter particularmente à terapia corporal, com a qual trabalha atualmente em seu consultório. Reproduzimos alguns extratos parciais de sua exposição:

"A possibilidade de um terapeuta ser ético depende muito menos das técnicas específicas que esteja utilizando. Na verdade, depende muito mais e essencialmente do seu caráter e da sua competência profissional. Ao contrá-



Ana Maria L. Andrade, Bronia Liebesny, Fabio Herrmann, Maria Melo Azevedo.

rio dos profissionais que manipulam instrumentos, o fator mais importante no psicoterapeuta é o seu caráter como pessoa. Tanto é que, quando preciso escolher um psicoterapeuta, penso na pessoa e na sua competência profissional e não na linha psicoterápica em que trabalha.

A questão da ética das técnicas não pode ser olhada em si, porque todas as linhas terapêuticas podem ser antiéticas. Pensando bem, não acho que existam algumas técnicas mais perigosas do que outras, pois depende muito de quem está utilizando a técnica. Embora seja válido também pensar que algumas técnicas, em si, já são antiéticas. Vou dar um exemplo bem caricatural: se usasse uma técnica de tortura do tipo cavalo de pau para obrigar um paciente a quebrar uma resistência, esta técnica seria antiética. Ai, a melhor forma de evitar esse problema é o terapeuta ser bem-formado e que, de saída, não aceitaria usar este tipo de técnica.

Uma outra questão importante para a gente refletir é a seguinte: na situação terapêutica, o cliente delega ao terapeuta um poder. O poder de olhá-lo, de tocá-lo (na terapia corporal), de interpretá-lo e etc. Nesse momento, define-se uma relação assimétrica entre os dois. Ai surge uma questão que ultrapassa o âmbito da terapia para entrar no território do humano, que é o abuso do poder. Por exemplo, um cliente reclama que o terapeuta está sendo invejoso e, por isso, está atacando-o. Digamos que, nesse caso, a versão do paciente seja verdadeira. O terapeuta pode fazer um abuso muito sério que, ao invés de ter saúde para reconhecer que é verdade mesmo, passa a interpretar e enlouquece o paciente um pouco mais. Aliás, não é pouco; é muito."

Fabio Herrmann discutiu o tema da mesa-redonda não somente do ponto de vista da psicanálise, como também seus argumentos sobre ética e função terapêutica podem ser extensivos a qualquer teoria e técnica psicoterápicas. Eis algumas partes mais expressivas dos seus argumentos:

"Penso que há 2 conceitos de ética: a restritiva e a produtiva. Nunca li algo a respeito deles, mas é perfeitamente concebível criarmos esses conceitos, se eles não existem.

A ética restritiva afirma: pode-se fazer isso, mas não se deve fazer aquilo. É aquela que se dá cada vez que pronunciamos uma sentença sobre ética: isso que você está fazendo, não deveria fazer. Essa ética se funda na noção de pecado. O que é pecado? É o momento em que o desejo humano se volta contra si próprio. Notem bem: não é um obstáculo do desejo e nem é o próprio desejo simplesmente que é pecaminoso. O pecado é o desejo quando faz uma curva no ar e se volta contra ele mesmo. Portanto, o pecado é o que mais nos atrai dentro do desejo, porque é o desejo que, por assim dizer, se antedeseja. Todo mundo sabe que é muito mais gostoso quando se trata de pecado. Ai insere a questão da ética restritiva, porque ela vai se juntar a esse desejo retorcido e afirmar: é assim mesmo e você não pode fazer isso. Cada vez que fizer essa afirmação, vai estar satisfazendo o desejo de condenar o desejo.

Não há muito o que dizer no âmbito da ética restritiva a não ser dizer que ela se relaciona com o problema da técnica das terapias, mais ou menos, pelo mesmo lado. Nós, os terapeutas, temos uma crença muito curiosa de que nossas técnicas são capazes de fazer coisas

mirabolantes. Temos uma espécie de fetichismo da técnica. Por exemplo, o psicanalista crê freqüentemente que o seu divã opera ações milagrosas. Acredita que deve haver o respeito a certas regras da moldura psicanalítica (ou setting psicanalítico, como se costuma dizer). São crenças e provavelmente resquícios de nossos tempos de magia, da qual nos separamos. São resquícios desses tempos de crença absoluta na técnica como instrumento que pode produzir milagres. Nesse sentido, a ética e a técnica se dão as mãos pelo lado mau. Quer dizer, a ética restritiva e a técnica restritiva formam uma espécie de conjunto de tabus que limitam o trabalho do terapeuta. A todo momento estamos pensando assim: será que estou saindo fora da técnica? Será que não estou saindo fora da ética?

É possível pensar a questão da ética de um outro ângulo: como ética produtiva. Esta não é mais do que a função terapêutica, só que transposta para o campo da ética. Essencialmente, a nosa ética é o próprio esquema da função terapêutica. Eu resumiria a noção de função terapêutica de uma forma bastante simples e qualquer psicoterapia pode assumi-la.

Exercer a função terapêutica é essencialmente o que ocorre em dois momentos. No primeiro, deixar que algo surja. O que vai surgir não sabemos. Cabe ao desejo do paciente criar isso que vai surgir. É o momento de uma espécie de passividade receptiva, por parte do psicanalista ou de qualquer psicoterapeuta. Esse momento de tomar em consideração aquilo que surge significa que vamos deixar o máximo que possa aparecer. Mesmo quando o psicanalista pensa que entendeu alguma coisa, ainda não fala e não fecha o campo. Ainda espera um pouco mais para saber se não está equivocando.

Num segundo momento, algo se impõe do paciente para o analista. Nesse momento, o analista feito um buldogue agarra isso e não o larga mais. Pelo menos, por um certo tempo, até interpretar no caso da Psicanálise. Este é o momento de tomar em consideração e seria uma espécie de atividade receptiva.

Na sessão analítica, esse deixar que surja para tomar em consideração é uma zona mito-poética. *Poiesis*, palavra grega que deu origem a poesia em português, é o ato de criar, de fazer algo, de pôr no mundo. No campo transferencial da psicanálise como no de todas as psicoterapias, o comportamento do paciente durante a sessão ganha um sentido mítico e tem um valor extraordinário. Se ele está deitado no divã e, de repente, põe o pé no chão, o que isso significa? Em nenhum outro lugar, suponho que alguém vá ficar pensando que sentido transcendental tem o pôr o pé no chão, a não ser no campo transferencial dos terapeutas. Isso tudo vira mito. Ora, o preço ético é muito alto.

Quando essa *poiesis* está em ação, vai criando mitos, ou seja, vai permitindo que se revele o desejo, a matriz interna e simbólica das emoções, como um brotar vivo. Quando, porém, se estanca o processo em qualquer ponto de sua estagnação, o que acontece? O que era mito-*poiesis*, a criação do novo, vira mito simplesmente. Vira misticismo, mistificação etc. Isso é válido para todas as psicoterapias e é o seu lado antiético. A opção é mito-*poiesis* ou mito simplesmente."

O novo Telefone da Sede

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 19 de setembro de 1986, o CRP-06 adquiriu um equipamento PABX (com capacidade de utilização para 14 troncos e 50 ramais). Inicialmente, a entidade colocou em funcionamento 8 troncos e 36 ramais, obtendo a possibilidade de fazer e receber 8 ligações externas concomitantemente. A instalação do novo aparelho resolveu os problemas encontrados em relação à alta demanda de contatos telefônicos por parte da categoria e, ao mesmo tempo, facilitou o andamento dos serviços internos do Conselho. O número do telefone atual é 549.9799

A saúde mental em risco no trabalho

Reprodução, Produção e Criação: Psicologia e Saúde no Trabalho" foi tema de um dos debates realizados no período da tarde do dia 04 de novembro, durante o CONPSIC. A discussão trouxe à mesa os expositores: Avelino Luiz Rodrigues, Mestrando em Psicologia Social da PUC e Professor do Curso de Psicologia Médica; Leny Sato, Psicóloga do Instituto de Saúde e do DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho); Denise Monetti, Coordenadora do Setor de Psicologia Ocupacional da Fundacentro; Peter Spink, Professor do Programa de Psicologia Social da PUC e Professor do Curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. A coordenação foi de Marlene Bueno Zola, Delegada Regional do CRP-06.

A exposição iniciou-se com a fala de Avelino Rodrigues que apresentou evidências sobre o estreito vínculo existente entre as condições de vida de um indivíduo e a etiologia e o desenvolvimento de suas doenças. Ele situou, ainda, que a saúde — entendida enquanto

integração dos aspectos psicossociais com os aspectos biológicos e orgânicos — é um conceito recente, surgido nas décadas de 1940 a 1950.

Essa mudança de enfoque, segundo Avelino Rodrigues, significou um importante passo no sentido de reconhecer as relações no trabalho e as interações familiares como centro que pode provocar alterações no organismo humano. Na sua opinião, a separação entre "corpo e mente" é meramente linguística, porque a doença surge globalmente sempre.

Leny Sato, por sua vez, trouxe informações levantadas através de entrevistas efetivadas junto aos trabalhadores das áreas de indústria e serviços. Nessas pesquisas, ela identificou que os riscos à saúde mental compreende a interação de vários componentes que vão desde o contato com agentes químicos e solventes, até a fatores mais sutis referentes à organização e relações do trabalho.

No relato dos trabalhadores, aparece como problema relevante a desumanização das relações interpessoais no trabalho. Leny Sato citou o exemplo do Metrô, empresa altamente automatiza-



Denise Monetti, Avelino Rodrigues, Marlene Zola, Leny Sato.

da, onde o empregado é, muitas vezes, identificado por um número e, na maior parte do tempo, se relaciona com máquinas. Também surge como problemática (nas entrevistas) a questão da formas excessivas de controle, hoje, exercidas não só por chefias, mas também por equipamentos que registram horários de saída e entrada, produção etc.

Além da impessoalidade e submissão, o trabalhador pode estar sofrendo por causa do ritmo intenso de trabalho, da exigência de produtividade, da pressão pelo tipo de tarefa, dos riscos de acidente, o que lhe provoca insatisfação e ansiedade, quando não geram distúrbios propriamente ditos.

Denise Monetti falou sobre a experiência desenvolvida na Fundacentro, que se fundamenta na abordagem do

Psiquiatra e Psicanalista Christophe Dejours a respeito da psicopatologia do trabalho. Essa linha teórica diz que, diante do sofrimento mental, os trabalhadores desenvolvem uma defesa coletiva, isto é, estruturam padronizações de comportamento de modo a reagir às diferentes situações ameaçadoras.

Já, Peter Spink, na sua exposição, centrou a discussão na questão da formação acadêmica, que é voltada para a atuação polivalente, sem se aprofundar em áreas específicas. Ele apontou como problema eticamente sério o fato dos profissionais ingressarem nos diferentes campos (vastos e complexos) sem terem elementos suficientes para uma ação criticamente útil. A seu ver, essa é a maior dificuldade em relação ao trabalho do psicólogo nas organizações.

A atuação do psicólogo na Educação

Com o objetivo de discutir sobre o espaço de atuação dos profissionais da Psicologia na área educacional, realizou-se, na tarde do dia 05 de novembro, o debate "Educação e Política: onde situar o psicólogo?" O tema reuniu os expositores: Sérgio da Silva Leite, Professor da UNICAMP e Conselheiro do CFP; Yvonne Khouri, Professora da PUC e Vice-presidente do CFP; e Elizabeth Yaslle, Professora da UNESP. A coordenação foi de Carlos Ladeia, Conselheiro do CRP-06.

Iniciando as exposições, Elizabeth Yaslle apresentou o histórico das relações da Psicologia com a Educação no Brasil. No seu relato, ela mostrou que o conhecimento psicológico serviu, desde o século XIX, como instrumento aplicado aos princípios da educação liberal burguesa. Depois, essa mesma linha reprodutivista atendeu às necessidades do período da industrialização e, ainda, mantém-se até hoje como pers-

pectiva predominante. Assim, Elizabeth Yaslle caracteriza as práticas atuais da Psicologia Educacional como conservadoras, pautadas num enfoque de ajustamento. Ela sugere, no entanto, possibilidades de mudança na situação com a implementação de projetos progressistas, que pretendam atuar junto à população escolar, a partir de uma compreensão crítica, totalizadora e contextualizada.

Sérgio Leite, por sua vez, baseou sua exposição nas idéias de Emilio Ribes, psicólogo mexicano. Ribes entende que a ação direta com o usuário não constitui a única forma de profissionalização de uma ciência. Então, tendo em vista essa premissa, Sérgio Leite diz que, em termos da área de educação, isto significaria: o psicólogo passa a atuar como mediador entre o conhecimento psicológico acumulado e os outros profissionais atuantes na escola; e, também, sua prática deve priorizar o planejamento educacional.

Yvonne Khoury colocou como alvo principal da psicologia na escola o compromisso com a sanidade psíquica. Neste sentido, o papel fundamental do psicólogo é o de conhecer e modificar as relações dentro da hierarquia educacional, que são nitidamente de natureza autoritária e rígida. Ela estabelece a alternativa do planejamento participativo como uma das formas de trabalho, que é possibilitadora de transformações profundas em tal estrutura.

PSICOLOGIA

Caixa de ludo completa — caixa de areia — outros itens sobre consulta. Entregamos no local. Tel. (011) 544.1499.

Curso de Especialização em Psicologia Clínica Preventiva, nas áreas de "Terapia Familiar", "Psicologia Institucional" e "Psicoterapia Breve". Ensino Teórico-prático (discussão e supervisão em pequenos grupos). Duração de dois anos. Informações: Sociedade de Psicologia Clínica Preventiva, fones: (011) 813.7680 e 66.1296, das 8 às 14h, em São Paulo.

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

DIREÇÃO: Ernesto Duvidovich
Walkiria D.P. Zanoni
CURSO DE 3 ANOS DE DURAÇÃO, COM INÍCIO EM MARÇO 89
Aulas teóricas, atendimento de pacientes, supervisões, grupos operativos e reuniões de reflexão clínica.
Rua Cardoso de Almeida, 2277, tel. 263.4997 e 864.2330, em São Paulo.

Os psicólogos necessitam de Sindicato?

Essa pergunta foi tema do debate realizado no dia 05 de novembro, durante o CONPSIC. Participaram da discussão os expositores: Celso Antonio Fiorillo, Professor da PUC e Advogado de entidades sindicais; Adalberto Boletta de Oliveira, Vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia/6ª Região; e Ana Mercedes Bahia Bock, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos. A coordenação foi de Luiz Humberto Sivieri, Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Celso Antonio Fiorillo abriu sua exposição abordando os aspectos específicos da organização sindical dessa categoria. O advogado colocou que o principal problema encontrado dentre os psicólogos se refere à sua situação de "falso autônomo". Ou seja, esses profissionais trabalham, na maioria das vezes, enquanto empregados, e como pensam estar exercendo uma atividade liberal, não se reconhecem na condição de assalariados. Com isso, eles desconhecem e perdem todos os direitos e benefícios que lhes são atribuídos por lei. Além dessa questão, há ainda um obstáculo no nível organizativo, que diz respeito à perspectiva in-

dividualista dos psicólogos em relação ao encaminhamento de suas reivindicações. Em geral, eles não percebem que as dificuldades são iguais para muitos colegas e que, portanto, deveriam ser enfrentadas no sentido coletivo.

Adalberto Boletta de Oliveira falou da transformação do perfil político do CRP-06, desde 1980, quando se ampliou a atuação desta entidade para além dos limites previstos legalmente. Ele enfatizou o compromisso da entidade com a formação do psicólogo, tendo em vista, sobretudo, a função desse profissional dentro da sociedade. Por fim, Adalberto Boletta propôs a articulação entre Sindicato e Conselho, salientando, contudo, a necessidade anterior de superar-se os estigmas que colocam essas entidades nos seguintes papéis: a primeira é trabalhista, a segunda fiscalizadora.

Ana Bahia Bock, na sua fala, defendeu a extinção das entidades sindicais dos psicólogos, propondo que estes profissionais se organizem a partir de ramos de atividade. Ela ressaltou, porém, que tal extinção deveria acontecer, a longo prazo, à medida que a categoria se fortaleça para, ela própria, tomar tal decisão.

FREUD EM PROMOÇÃO

Português
24 volumes
(em até 4 vezes)

Espanhol
3 volumes
(4 vezes de
Cz\$ 29.000,00)

Manual de Psiquiatria

Henry Ey
Ajuriaguerra

por Cz\$ 15.900,00
ou em 2 vezes de
Cz\$ 7.800,00

Pedidos pelo fone (011) 815.3344 — BIP 4516. Horário de 9 às 17h30m., com Renato. Atendo a qualquer Estado. Entrega a domicílio. (CONFIRA!)

As técnicas respaldam as políticas?

O Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental desenvolveu, no dia 05 de novembro, o debate "A Política das Técnicas e as Técnicas das Políticas", com a participação dos expositores: Monica Valente, Psicóloga da Secretaria da Saúde de São Paulo; Sidney Gaspar, Psiquiatra do Hospital Pinel; Roberto Tykanori, Psiquiatra e Diretor da Divisão de Saúde Mental de Bauru. A coordenação foi de Antonio Lancetti, Supervisor de Equipes de Saúde Mental da Rede Pública.

Monica Valente iniciou as exposi-

ções apresentando um painel acerca da situação atual dos serviços de saúde mental no setor público. Ela trouxe dados referentes ao processo de deterioração do atendimento ocorrido dentro das instituições psiquiátricas, nos últimos anos, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Monica Valente apontou, também, o desmoronamento das propostas de tratamento na rede ambulatorial, o que implicou privilegiar a internação dos pacientes. Na sua opinião, tais mudanças significam a retomada do modelo

manicomial e indicam uma tendência à privatização, na medida em que a maior parte dos Hospitais Psiquiátricos pertencem à iniciativa privada.

Sidney Gaspar trouxe para o debate um questionamento a respeito do conceito de loucura; e ainda, propôs uma reflexão sobre como as técnicas profissionais podem respaldar as políticas, no sentido de aprisionar os doentes mentais na marginalização. Seguindo as discussões, Roberto Tykanori relatou uma experiência de atendimento

psiquiátrico desenvolvida em Bauru, há cerca de um ano e meio.

O enfoque do referido serviço se contrapõe ao modelo médico tradicional, na medida em que define, como seu objeto, um sujeito que sofre dentro de um corpo social, e tem como objetivo, a emancipação do mesmo. Roberto Tykanori explicou que as ações de tratamento nesse projeto se realizam num hospital-dia, no sentido de evitar a internação e contenção próprias às instituições totalizantes.

Os encaminhamentos e as opiniões dos psicólogos

Terminados os trabalhos propostos para o I CONPSIC, a diretoria do CRP-06 realizou a sessão de encerramento, abrindo a palavra aos Congressistas. Neste momento, foram levantados alguns encaminhamentos, resultantes das discussões levadas durante os quatro dias. E ainda, foram feitas avaliações sobre o evento, tanto através das manifestações dos participantes que se dirigiram ao microfone, quanto, também, por meio do preenchimento de um questionário avaliativo distribuído pelo Conselho aos psicólogos.

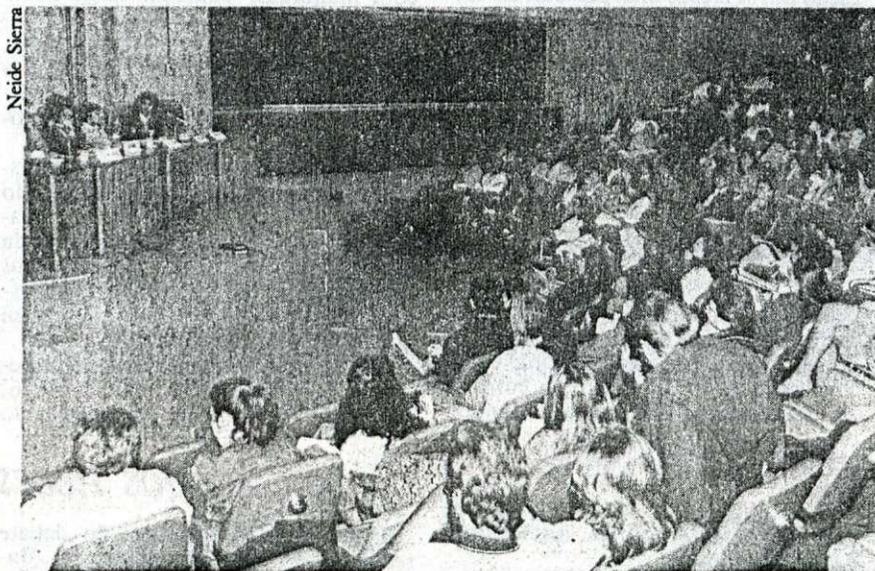
Em relação aos encaminhamentos trazidos pelos profissionais, se destacam os seguintes: realização de um seminário que seja promovido em conjunto pelo Conselho Regional 6ª Região e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, com o objetivo de analisar as possibilidades de unificar a atuação política de ambas entidades, mesmo se reconhecendo a especificidade de ação de cada uma delas. A intenção seria de superar uma dicotomia histórica, no sentido de redobrar forças para enfrentar os sérios problemas que afligem a categoria e, ao mesmo tempo, dar continuidade à reflexão sobre a importância social da Psicologia.

A segunda proposta diz respeito à formação acadêmica do psicólogo. A questão permeou constantemente as discussões durante o Congresso, e, daí, surgiu como necessária a reativação da Comissão de Ensino, para se debruçar sobre esse ângulo específico da profissão. Também foi feito um convite aos Congressistas para participarem dos trabalhos da Comissão de Psicologia Escolar. Os interessados devem procurar Carlos Ladeia, Coordenador da Comissão, no CRP-06.

Finalmente, um encaminhamento explicitado por muitos psicólogos se referiu à fundamental necessidade de dar-se continuidade ao I CONPSIC, com a realização de novos Congressos, nos próximos anos.

Uma avaliação dos congressistas

O Conselho distribuiu, antes do encerramento do evento, 450 questionários aos participantes, dos quais 168



foram preenchidos e devolvidos. A idéia era saber a opinião dos profissionais acerca da qualidade do Congresso. Para tanto, colocaram-se perguntas de duas maneiras: a primeira era um quadro para escolha de alternativas fechadas (Ótimo, Bom, Regular, Ruim, Pessimista), que avaliava o CONPSIC em relação a três aspectos (Geral, Conteúdo, Organização). Outra parte trazia perguntas abertas, tais como: quais aspectos positivos?, quais aspectos negativos?, sugestões etc.

Tendo em vista os resultados do quadro de alternativas, o Congresso foi considerado bom nos aspectos: geral, por 105 psicólogos; conteúdo, por 91; organização, por 77. Uma segunda parcela julgou ser ótimo no geral, por 34 psicólogos; no conteúdo, por 32; e na organização, por 56. A minoria res-

tante classificou o evento como regular, e apenas a média de 3 respostas afirmou-o como tendo sido ruim e pessimista.

Com referência às perguntas abertas, houve uma variedade de comentários difíceis de reproduzir no todo. No entanto, aconteceram algumas concordâncias. A iniciativa, em si, de realizar o Congresso recebeu bastante elogios (de quase a totalidade). Também a oportunidade de reflexão sobre a prática e a identidade profissional, além da possibilidade de contato e troca de experiências com colegas, surgiram como aspectos positivos inegáveis. E, ainda, foram aprovados o temário proposto para discussão e o nível de competência dos conferencistas convidados.

Em termos de crítica, a diversidade de aspectos negativos assinalados foi

ainda maior. Todavia, é possível dizer que a reclamação mais repetida se referiu ao tempo de duração (das exposições e debates), considerado curto e insuficiente para o aprofundamento das reflexões. Na mesma linha, reprovou-se (em menor escala) o fato de as discussões se pautarem muito na prática da Psicologia Clínica, e ainda, enfatizando demasiadamente a base teórica psicanalítica.

Além dos questionários, foram tomados, igualmente, comentários dos psicólogos por meio de entrevistas pessoais. Mariza Brandão Estefânio, Agente de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região, baseada na sua experiência junto à categoria, acha bastante difícil reunir os profissionais em atividades, como o CONPSIC, que propõem refletir sobre questões mais amplas, de caráter organizativo da profissão. Por isso mesmo, ela considerou admirável e muito positivo o nível de participação dos Congressistas, tanto em termos do número de inscrições, quanto em relação às ativas intervenções durante as discussões.

Sonia Regina Polito, psicóloga do grande ABC, destacou como bem interessantes os períodos reservados às comunicações de trabalhos, durante o Congresso. Ela fez uma crítica, no entanto. A seu ver, houve um número excessivo de comunicações e um horário muito restrito para exposição de cada uma delas. A sugestão dada é que deveria ter-se estabelecido maior seletividade na escolha dos trabalhos, o que permitiria o tempo adequado de 1 hora para cada apresentação.

Junia Cicivizzo Ferreira, psicóloga da Capital de São Paulo, comentou, por sua vez, a inquietude dos participantes, originada, talvez, na expectativa de receber respostas seguras, quando na verdade o Congresso trazia perguntas. Mas, com a evolução dos debates, na sua opinião, ficou claro que as sugestões levantadas ali diziam respeito à categoria como um todo. E, sendo assim, não poderiam ser elaboradas conclusivamente nem pelo CRP e nem por nenhum profissional, isoladamente. A discussão conjunta é o único caminho possível.

O Congresso Nacional de Psicologia

Em sua reunião de 19 de novembro último, o Conselho Consultivo da autarquia (CRPs e CFP) tomou a deliberação de realizar o I Congresso Nacional de Psicologia, em 1989, com data a ser marcada. Estão previstas reuniões preparatórias desde o início do próximo ano.